

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAS-
TELO DE PAIVA, REALIZADA NO
DIA 24 DE JULHO DE 2020.**

No dia vinte e quatro de Julho de dois mil e vinte, nesta Vila de Castelo de Paiva, no edifício dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, Presidente da Câmara, com as presenças do Vice-Presidente, António dos Santos Rodrigues, e dos Vereadores Paula de Melo Alves, José Manuel Moreira de Carvalho, José Duarte de Sousa e Rocha, Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira, e Mauro Lopes da Silva Mendes.

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, Rute Alexandra Vieira Cardoso.

Eram dezoito horas, quando o Senhor Presidente da Câmara, declarou aberta a reunião.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

O senhor Presidente iniciou o período antes da ordem do dia com uma breve nota sobre a visita da Ministra da Coesão para a entrega das três primeiras habitações, referentes aos incêndios que afetaram Castelo de Paiva em dois mil e dezassete, referindo que o convite à senhora Ministra para que as futuras casas reabilitadas sejam novamente entregues pela mesma. Trouxe também à reunião o lamentável incêndio nas instalações da antiga Clarks, no passado dia treze de julho de dois mil e vinte, informando que também por parte do Ministério da Coesão, foi lançado um aviso de apoio, da mesma forma como se realizou para os incêndios de dois mil e dezassete, para possibilitar a reabilitação de equipamentos para as empresas que não se encontravam ao abrigo das companhias de seguro. Contudo referiu o Sr. Presidente que se trata de um processo demorado, tendo em conta que existe todo um conjunto de ações e investigações necessárias para se chegar a uma conclusão. Trata-se de um momento de grande infelicidade tanto para o concelho, como

para as empresas envolvidas. O assunto está a ser acompanhado desde o primeiro momento e têm-se procurado soluções, apesar de transitórias, para que sejam dadas respostas e manter, pelo menos, a atividade mínima de cada uma das empresas. As soluções foram apresentadas por parte da Câmara Municipal de Castelo de Paiva ao governo, nomeadamente a possibilidade de um espaço alternativo, isto porque as instalações agora danificadas pertencem ao IFEP, logo, são propriedades do Estado. Este Instituto já assumiu a responsabilidade da reconstrução do edifício e, terá, também, que assumir a responsabilidade de encontrar um espaço alternativo até que a reconstrução seja efetuada. Apesar das medidas tomadas, como por exemplo o lay-off, as procuras de novas soluções para os trabalhadores das empresas continuam incessantes. O Sr. Presidente deu também nota da presença do secretário de Estado, do Emprego, do Trabalho e da Economia em Castelo de Paiva, o qual foi informado sobre o ponto de situação, porém, desde o momento da sua partida até agora já se sucederam várias reuniões com os organismos intermédios que possuem a competência de executar as medidas e as prerrogativas do governo e, nesse sentido tem, também, existido uma articulação entre a segurança social, o instituto de emprego e as empresas. Adicionalmente, as empresas encontram-se em fase de reportação de danos sofridos, contudo existe uma procura de atuação imediata e prioritária, sobretudo nas medidas de proteção social e na procura de espaços alternativos para a continuação das atividades laborais. Atendendo às circunstâncias ao longo das últimas décadas foi, também, apresentado, junto do governo, um conjunto de prioridades para o concelho, pois apesar de existirem projetos e processos em curso, podiam ser adotadas medidas com caráter excepcional de apoio ao concelho. Para finalizar, o Sr. Presidente referiu que a Câmara Municipal de Castelo de Paiva procura respostas que possam ajudar os empresários, as respetivas empresas e os trabalhadores. A palavra final é de solidariedade e apoio a todos os trabalhadores, empresários e, também, de agradecimentos a todos os operacionais que estiveram presentes aquando o incêndio. Mais uma vez

Fls. 105

105

DR.

J

AN

PP

Castelo de Paiva é surpreendido por uma tragédia que assolou todo o município, porém, é necessário reunir forças para continuar.

O Vereador José Rocha iniciou o seu discurso colocando questões associadas aos muros de Catapeixe e à ligação de Vilar de Eirigo, os quais foram visitados pelo mesmo e pelos restantes membros do PSD, e que já se encontram há algum tempo no chão. Gostaria de saber para quando está agendada a remoção dos destroços e a reconstrução dos mesmos pois, mais concretamente em Catapeixe, trata-se de uma zona que não se encontra devidamente vedada, existindo crianças utilitárias do espaço em questão, logo, era importante a sua vedação para que se impeça algum tipo de acidente, até porque a estrada está a começar a aluir e, futuramente, podemos vir a ter um problema grave. Em relação à casa da Boavista, gostaria de saber novidades acerca do assalto ocorrido e quais as palavras do senhor Presidente sobre o assunto, tendo em conta que muito do espólio que havia sido retirado da quinta da Boavista apareceu numa leiloeira em Lisboa. Gostaria, assim, que lhe confirmassem se realmente foi o que sucedeu e se os pertences já se encontram apreendidos, presumindo que sejam as autoridades que estejam a tomar conta do auto. Para terminar, uma palavra em relação ao incêndio no CACE. O Vereador prestou solidariedade a todas as empresas afetadas, desde a SaltypulaUnipessoal,Lda; Bradco; Paivadoce; Compromisso Aceite; a Nuno Barbosa & Seabra; Shusoul; Lauener; e PaivaAlterego que são empresas que dão estabilidade ao nosso concelho, criam emprego, geram riqueza; são a âncora para muitas famílias e efetivamente queria prestar a sua solidariedade e, também, uma homenagem a todas as corporações de bombeiros voluntários e sapadores que se deslocaram a Castelo de Paiva e tentaram efetivamente com todos os seus meios, o combate às chamas, assim como à GNR, que durante a madrugada permaneceram no local para garantir a segurança de todas as pessoas, pois existiram muitos curiosos que se deslocaram ao local e, com toda a certeza, o trabalho deles foi importante para que a tragédia não fosse ainda mais grave e existem perdas de vidas humanas. Quanto ao CACE, exis-



tem questões que gostaria que o Senhor Presidente esclarecesse para que se tenha a percepção da gravidade do sucedido. Gostaria de saber, em percentagem, quais os números de empregos que representam aquelas oito unidades fabris para o nosso concelho, qual o seu volume de negócio ao nível do concelho e qual a percentagem que essas empresas representam ao nível das exportações da totalidade do concelho de Castelo de Paiva. Referiu que são de grande importância estes dados e, por isso, gostaria que o Sr. Presidente os proferisse, caso os saiba, para que mais à frente, porventura, pudesse apresentar algumas propostas.

A Vereadora Vanessa Pereira começou por deixar uma nota de pesar pelo falecimento do antigo comandante dos Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva, António da Costa Alves, uma pessoa que deu bastante a Castelo de Paiva, logo, é importante fazer esse pesar tanto à família, como à Associação dos Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva. Relativo à última reunião de câmara foram colocadas diversas perguntas às quais o senhor Presidente não conseguiu responde. Assim sendo, as questões foram as relativas ao amianto, numa tentativa de precessão das intervenções realizadas nas escolas, pois, assim como os presentes se lembram, foi das primeiras pessoas a referir o assunto do amianto e na sua sequência foi realizado um relatório pela Câmara Municipal e pelos serviços a pedido do senhor Vice-Presidente, onde foram identificadas duas escolas com amianto, porém, no Diário da República surgem não duas, mas sete escolas na mesma situação. O pretendido desta questão é saber se foi um erro, ou se foi um mal-entendido, pois passar de duas para sete escolas é uma enorme diferença. Uma outra questão levantada pela Senhora Vereadora foi a relativa à lojaHuLiming. Sobre este assunto gostaria de saber qual a data que consta no despacho proferido pela Câmara Municipal para o encerramento daquele estabelecimento, uma vez que este ainda permanece aberto, por isso, gostaria de saber se o processo continua a decorrer normalmente. Gostaria, também, de perguntar, em função da última reunião de câmara se a senhora Vereadora Paula Melo conseguiu obter resposta no âmbito dos testes Covid-19 aos

Fls. 106
4 - 1.
23.
JWJ

bombeiros voluntários, pois tinha a percepção de que tinham sido realizados cinquenta e dois testes, quando na realidade foram apenas realizados vinte e cinco. Por isso, gostaria de saber se entrou em contacto com eles para se conseguir entender e perceber o sucedido. Uma outra situação é a referente à entrega das habitações; finalmente foram entregues três e foi um ato que dignificou as pessoas, dando-lhes uma certa tranquilidade, porém continua a ser um longo período de tempo, mais concretamente, de dois anos e nove meses à espera para sejam entregues as casas. Apesar de se saber que se trata de um processo demorado, como a maioria das pessoas entende, e também não se deseja que isto volte a suceder-se, porém, é legítimo a indignação com o tempo de entrega, sabendo que ainda faltam bastantes casas. Espera-se, assim, que a situação do CACE não demore dois anos e nove meses a ser reerguido. Mais duas notas, ainda referente aos incêndios, existem situações pendentes de resolução, pois ainda existem marcas no concelho dos incêndios de outubro de dois mil e dezassete que é necessário tentar resolver: a sinalização das bocas de incêndio (não é possível continuarem a existirem bocas de incêndio calcinadas, referindo que uma delas se encontra na sua localidade, na rotunda de Carvalho Mau). Referiu, também, a situação do cartaz anteriormente colocado com a informação de risco de incêndio que caiu e nunca mais foi recolocado. São estas situações que necessitam de uma tentativa de regularização no nosso concelho, pois não se pode chamar pessoas para virem cá e continuarmos a possuir esse tipo de marcas e situações. Deu duas notas finais de alerta, que se prende com o desemprego, não refletido já com a situação do CACE, mas de março até junho, pelos dados do IEFP. Referiu que existiu no concelho um aumento de quase dezoito e meio porcento de desemprego, onde esses números se traduzem, dentro dos meses referidos, de um aumento de cem desempregados na totalidade. É uma situação preocupante para todos. Uma outra nota de preocupação é relacionada com o Covid-19, mais concretamente com a situação vivida nas praias fluviais. Mencionou a Vereadora que no Choupal, onde é notável a aglomeração de pes-

soas, acaba por ser uma preocupação. É necessário tentar perceber se é possível tomar medidas em relação a esta situação, de forma a aumentar a prevenção e a sensibilização das pessoas que lá se encontram.

A Vereadora Paula Melo forneceu informações à Vereadora Vanessa Pereira acerca dos testes ao Covid-19, mais concretamente aos testes realizados à Corporação dos Bombeiros. Referiu que já foi contactada a Entidade de Saúde Pública e os Bombeiros para que se realizem os testes em falta. Informou que se está a articular com o enfermeiro a realização dos rastreios em Castelo de Paiva.

O Sr. Presidente associou-se a Vereadora Vanessa Pereira e apresentou o seu voto de pesar pelo falecimento do antigo comandante dos Bombeiros, António da Costa Alves, referindo que fez chegar o seu pesar, na altura da perda, à família, e também deixou uma nota de agradecimento, pois efetivamente o Sr. António Alves prestou um serviço voluntário por diversos anos, deixando uma marca importante na construção do projeto da Associação. Relativo à questão da casa da Boavista, informou que foi reportado às autoridades, após conhecimento do sucedido, de que alguns materiais da mesma se encontravam na leiloeira e que, supostamente, seriam oriundos da casa da Boavista. Neste momento as autoridades continuam com o seu trabalho de investigação, referindo que a Câmara Municipal irá realizar todos os procedimentos necessários, dentro da sua responsabilidade. Irá ser acompanhado, sob ponto de vista jurídico, todo o processo, logo, as ações que a autarquia entende que são necessárias irão ser realizadas dentro das normas inscritas no testamento, da responsabilidade do próprio município. Quanto à questão dos muros, mais concretamente o muro de Catapeixe, já foi realizado o procedimento para a sua execução, mas não foram apresentadas propostas, significando assim que irá haver uma reavaliação da questão orçamental e irá ser novamente submetido o procedimento de contratação, de forma a reunir condições para se avançar com este trabalho a curto prazo. O processo foi demorado, mas neste momento já se encontra prestes a iniciar. Quanto Vilar de Eirigo, este insere-se no âmbito de vários muros que se

Fls. 107

h — n...

R.D.

J. A. J.

encontram em necessidade de reabilitação e, como é sabido, possui um custo bastante significativo. Sobre a questão do volume de negócios das empresas do CACE, o Sr. Presidente referiu que as mesmas estão a fazer chegar à Câmara os dados. Referiu que Castelo de Paiva é dos municípios mais exportadores. Informou que estaremos a falar de seguramente entre vinte a vinte e cinco por cento de mão de obra ativa que foi, naturalmente, afetada por este incêndio. Quanto à questão da comunicação de encerramento da loja HuLiming, referiu que o que é da responsabilidade do executivo, foi realizado de imediato. Quanto à questão do amianto, de facto, há um mapeamento publicado. Informou que as escolas EB2/3 e Oliveira do Arda estão fora desta iniciativa. Relativo às bocas de incêndios, referiu que existem algumas com pouca força de caudal, mas o Senhor Vice-Presidente, tem acompanhado a situação. O Sr. Presidente voltou a referir, relativo aos incêndios, o volumoso investimento de cerca de cem mil euros que, neste momento, está a ser feito relativamente à limpeza das faixas de combustão. Deveria ser um dever de cidadania por parte das pessoas proceder à limpeza, logo, não o fazendo, acarreta uma despesa de valor significativo para os serviços. Sobre as praias, ou areais referiu que não são propriamente pertença da Câmara, quanto aos espaços envolventes, sim. As praias possuem regulamentações, porém, os areais não, logo, o trabalho do município tem sido maioritariamente, junto das autoridades, mais concretamente, a guarda nacional republicana, onde é pedido uma maior monitorização dentro daquilo que são as suas possibilidades e, efetivamente, tem existido excessos, que são bastante visíveis, deixando-nos preocupados, até porque Castelo de Paiva, em comparação a outros concelho, encontra-se com indicadores relativos ao Covid19 relativamente baixos, e sabemos que isso tem despoletado uma maior procura no concelho seja nas áreas de lazer, turismo, junto ao rio, até à própria restauração.

O Vereador José Carvalho interveio referindo que relativamente ao processo de encerramento do estabelecimento HuLiming não consegue de momento ter acesso à data de expedição do ofício enviado para o encer-

✓

ramento do espaço, mas refere que os mesmos possuem cinco dias úteis, a partir da data após o ofício, para procederem ao encerramento voluntário.

O Vereador José Rocha volta a intervir referindo a situação do CACE, pois, os vereadores do PSD tiveram a preocupação de verificar os registos e, de facto, são indústrias fundamentais para o nosso concelho, e os números assim comprovam. Referiu que estamos a falar de um número total de emprego em Castelo de Paiva a rondar os quinze por cento, num volume de negócios a rondar os quarenta por cento do volume total de negócios em Castelo de Paiva e, a nível de exportações, ronda os setenta por cento, por isso mesmo, o PSD apresenta propostas que, a seu ver, devem ser votadas nesta reunião de câmara, de forma a proteger os empresários, e todos os trabalhadores que se encontram numa situação precária. Reforçou que tivemos o exemplo dos incêndios de dois mil e dezassete e, estamos a falar de dois anos e nove meses após a ocorrência desses incêndios, na entrega das primeiras casas, não se pode esperar tanto tempo. É necessário apresentar soluções aos empresários, aos trabalhadores e, também, é necessário pressionar o próprio IEFP e o governo, pois é sabido que o governo e a segurança social, no caso destas empresas não conseguirem subsistir, também irão ter custos, como por exemplo, com uma solução provisória e, se as empresas não conseguirem suportar o seu próprio negócio, terão custos com os subsídios de desemprego, para além de cada dia que se passa, essas empresas irão perdendo oportunidades, clientes e, obviamente, os próprios clientes irão procurar outros fornecedores para os produtos que estavam a adquirir a estas empresas, logo irão ser perdidas oportunidades de negócio. Assim, foi realizada, por parte do Vereador José Rocha uma apresentação com quatro propostas, a qual é de seguida transcrita:

“INCÊNDIDO NO CACE - PROPOSTAS DO PSD

No passado dia 13 de julho deflagrou um incêndio no CACE de Castelo de Paiva. As consequências são de uma magnitude gigantesca. Neste Centro de Apoio à Criação de Empresas, que foi criado após o encerra-

Fls. 108
s. n.
Rod.
J
Ad A

mento da empresa C.J.Clarks em 2003, nasceram empresas que são hoje dos maiores empregadores em Castelo de Paiva, empregando cerca de 400 funcionários no seu conjunto.

Perdemos algo muito importante para Castelo de Paiva pelo que, importa unir esforços numa rápida, eficiente e estruturada restruturação do tecido industrial de Castelo de Paiva.

Nesse seguimento, o PSD de Castelo de Paiva e os seus Vereadores na senda do que tem sido a sua oposição construtiva apresentam as seguintes propostas, para serem discutidas e votadas na Reunião do Executivo Municipal a realizar-se no dia 24 de Julho de 2020.

ENQUADRAMENTO

O incêndio afetou 8 empresas:

BRADCO - FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MARRO-
QUINARIA, SA

SALTYPULA UNIPESSOAL LDA

PAIVADOCE - FABRICO E COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PASTE-
LARIA LDA

COMPROMISSO ACEITE - UNIPESSOAL LDA

NUNO, BARBOSA & SEABRA, LDA

SHUSOUL,LDA

LAUENER EUROPE, UNIPESSOAL LDA

PAIVA.ALTEREGO, S.A.

Todas as empresas são importantes pelo que é imperativo apoiar e tratar todas com equidade.

Estas 8 empresas representam cerca de 400 postos de trabalho diretos, que representam 10% do total do emprego gerado em Castelo de Paiva. Representam ainda em conjunto um volume de faturação anual na ordem dos 18 milhões de euros, que representam cerca de 9% da riqueza gerada em Castelo de Paiva e 67% do total das exportações do Concelho. Os números falam por si, é um enorme impacto na nossa economia local.

✓

Para além do impacto económico direto e indireto deve ser também tido em conta o impacto social. Muitas famílias tinham a sua fonte de rendimento total no CACE e uma grande parte do comércio local depende da capacidade de compra destas famílias que agora têm o seu futuro incerto.

O incêndio ocorreu nas instalações do CACE de que o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) é proprietário.

PROPOSTAS

As propostas do PSD de Castelo de Paiva assentam em 4 eixos:

1. COMPONENTE SOCIAL – GARANTIR 100% DOS VENCIMENTOS DOS TRABALHADORES E TESOURARIA ÀS EMPRESAS

O Município e o Governo devem garantir que não existe perda de rendimento para os trabalhadores destas empresas e devem dar garantia da continuidade dos seus postos de trabalho.

Isto é, garantir que enquanto a solução de instalação destas fábricas noutras locais não estiver concretizada os trabalhadores são remunerados a 100%, seja por apoio direto do estado Layoff + Complemento de Formação, seja por um apoio Municipal extraordinário, estes trabalhadores têm que ver o seu rendimento mantido.

O Governo deve ainda disponibilizar uma linha de crédito bonificada para que as empresas possam fazer face às despesas de tesouraria imediatas.

2. RECONSTRUIR O CACE AINDA NO ANO DE 2020

Reconstruir o CACE rapidamente e criar condições de instalação definitiva para cada uma das empresas afetadas.

A cada dia que passa há negócios que são perdidos para sempre. Os clientes destas empresas por muitos solidários que sejam necessitam dos produtos que estas empresas estavam a produzir e se estas empresas, por causa deste incêndio, não o podem fazer é natural que procurem outros fornecedores. Há por isso circuitos comerciais em perigo, dai a rapidez com que se executam as soluções ser fundamental.

Se o IEFP tiver orçamento próprio deve de imediato proceder à remoção das estruturas ardidas e reconstrução de um novo CACE. Senão o Estado deve abrir um Aviso específico para o IEFP, com uma linha específica de fundos comunitários para que essas obras sejam realizadas.

3. ZONA INDUSTRIAL – SOLUÇÃO ESTRUTURAL DE LONGO PRAZO

Avaliar as soluções definitivas e estruturais em comparação com soluções temporárias de conjuntura.

Terão estas empresas capacidade de enfrentar uma solução temporária para daqui a uns meses se confrontarem com uma nova mudança? Estes investimentos temporários terão retorno e potenciam a sustentabilidade das empresas no longo prazo? Qual a diferença de tempo de execução de uma solução temporária e uma solução definitiva?

Olhando para estas incertezas o PSD de Castelo de Paiva propõe:

A criação de uma nova Zona Industrial de raiz, num local de acesso direto à Variante EN222.

O Município, redirecionando as suas prioridades, deve adquirir os terrenos, criar as infra-estruturas e posteriormente ceder esses terrenos industriais a estas empresas a preços simbólicos.

O Governo deve abrir um aviso específico ao abrigo dos Apoios ao Investimento e Empreendedorismo e Criação de Áreas Empresariais:

- Para o Município de Castelo de Paiva na ajuda à concretização e desenvolvimento das infraestruturas de base;
- Para as empresas afetadas pelo incêndio, para que estas empresas possam construir as suas próprias instalações.

O Aviso deve beneficiar de regime de excepcionalidade e majoração até 75%, atendendo à localização geográfica, vulnerabilidade, impacto económico, e dificuldade de captação de investimento. Sendo que destes 75%, conforme as regras dos fundos, 50% seriam a fundo perdido e os outros 50% sob a forma de empréstimo sem juros a pagar em 8 anos com carência de dois anos.

A Câmara Municipal deve ajudar na concretização dos projetos de arquitetura, efetuar a coordenação do processo e isentar as empresas de IMI e IMT e de despesas licenciamento e outras similares.

4. DIPLOMACIA ECONÓMICA E GOVERNATIVA

Município deve reforçar a sua exigência e solicitar a revisão dos Territórios de Baixa Densidade para que todo o concelho seja classificado como um território Rural e de Baixa Densidade.

Deve efetuar, em conjunto como Governo, IAPMEI, Autarquias vizinhas e demais Instituições, Diplomacia Económica de forma a cativar novos investimentos para Castelo de Paiva.

Deve promover ações concretas de reivindicação da execução de sucessivas promessas não realizadas como: Ligação da variante N222 à A32; Ligação ao IC35; conclusão dos benefícios e estímulos decorrentes dos Incêndios de Outubro de 2017.

E deve promover junto do Governo a criação de um regime de exceção de investimentos e empreendedorismo em todo o concelho, à semelhança do que aconteceu nas freguesias afetadas pelos Incêndios de Outubro de 2017.

Os Vereadores do PSD de Castelo de Paiva Castelo de Paiva, 23 de julho de 2020”.

O senhor Presidente fez breves notas sobre o documento apresentado, fazendo alusão ao facto de os equipamentos lá presentes serem pertença do IEFP, não da Câmara Municipal. Relativo à isenção de IMI, é uma proposta a ser analisada.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

1. - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento das disponibilidades de tesouraria no dia 23 de Julho de 2020, cujo saldo totaliza a quantia de 1.917.211,02 euros.

2. - ACTAS DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DE 15 E 29 DE JUNHO. APROVAÇÃO.

Fls. HO ...
X ...
PD ...
... ...
... ...
... ...

Presente a acta da reunião em epígrafe, de que foram previamente distribuídos exemplares a todos os membros da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, aprová-la.

3. - OBRAS MUNICIPAIS.

Retirado.

4- OBRAS PARTICULARES.

Retirado.

5- LOTEAMENTOS URBANOS E OBRAS DE URBANIZAÇÃO.

Retirado.

6. - SUBSÍDIOS E APOIOS A DIVERSAS ENTIDADES.

6.1 – SPORTING CLUBE PAIVENSE.

A Associação acima identificada, solicitou autorização para proceder a obras de restauro na estrutura física de apoio à comunicação social, que se encontra danificada pelo mau tempo, que se fez sentir no mês de Dezembro passado próximo, bem como subsídio para a aquisição dos materiais a aplicar.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, autorizar o Sporting Clube Paivense a executar as obras necessárias à reconstrução da estrutura de apoio à comunicação social no Campo Municipal da Boavista, bem como atribuir subsidio, no valor de 778,66 euros, para a aquisição de parte dos materiais necessários para o efeito.

6.2 – ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E RECREATIVA S. GONÇALO DE NOJÕES.

Foi apresentada a seguinte proposta - A “Associação Social, Cultural e Recreativa S. Gonçalo de Nojões” está a desenvolver um projeto de caráter social, que já obteve parecer favorável por parte do CLAS, com vista à implementação de um equipamento para resposta social na área do apoio a idosos.

Para tal pretendem apresentar candidatura no âmbito das medidas de financiamento, cujo projeto de arquitetura já foi aprovado. Quer a elabo-

ração do projeto de arquitetura quer os projetos de especialidades acarretam custos elevados que a Associação não tem condições de suportar. Neste sentido solicitam à Câmara Municipal apoio extraordinário que permitirá minimizar este esforço financeiro.

Face ao exposto, nos termos do previsto no nº. 2, do artigo 5.º do Regulamento Municipal para a Atribuição de Subsídios, conjugado com a alínea o), nº.1, do artigo 33.º, da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, proponho que a Câmara Municipal delibere atribuir um subsídio à Associação Social, Cultural e Recreativa S. Gonçalo de Nojões, no montante de 5.000,00€ (cinco mil euros).

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, atribuir um subsídio à Associação Social, Cultural e Recreativa S. Gonçalo de Nojões, no montante de 5.000,00€ (cinco mil euros).

7. – CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS E COMPROMISSOS PLURIANUAIS – 2º. TRIMESTRE DE 2020.

Presente listagem de contratos de aquisição de serviços e dos compromissos plurianuais relativos ao 2º. Trimestre de 2020.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

8. – CONTRATO DE COMODATO. CIDEP.

O Centro de Iniciação Desportiva Escolar e Popular de Fornos, solicitou a cedência de uma sala da escola EB1 de Fornos, que se encontra devoluta, para funcionar como sede de apoio aos fins da Associação.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, ceder uma sala da Eb1 de Fornos, ao CIDEP, em regime de comodato.

Mais deliberou aprovar a respetiva minuta e dar poderes ao Presidente da Câmara para a sua outorga.

9. – ARREMATAÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS DE VENDA DO MERCADO MUNICIPAL. ABERTURA DE PROCEDIMENTO.

Retirado.

10. - DESPACHOS PROFERIDOS NO USO DA COMPETÊNCIA DELEGADA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento dos despachos proferidos no uso da competência delegada: Condicionamento do trânsito automóvel. No Largo do Conde, no dia 26 de Julho.

Por último, deliberou a Câmara Municipal aprovar a acta da presente reunião em minuta, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 57º. da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, e que vai ser lançada no respectivo livro de actas.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, pelas 20 horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada.

E eu, Rute Alexandra Viesca Pardoso, a redigi e subscrevi.

O Presidente,



Os Vereadores,

Rute do Zeeus - R.D.

Amorim e Sá
+


